



NOSTALGIA, ANGÚSTIA E EXPECTATIVA EM *A CAPITAL*, DE AVELINO FÓSCOLO

NOSTALGIA, ANGUISH AND EXPECTANCY IN *A CAPITAL*, BY
AVELINO FÓSCOLO

Wemerson Felipe Gomes*

* wemersonfelipe10@gmail.com

Mestrando em História e Culturas Políticas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em História no Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH). Graduado em Letras no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar o romance *A Capital*, de Avelino Fóscolo. A obra dialoga diretamente com as tensões provocadas pela modernidade, especialmente o debate em torno da construção de Belo Horizonte. Assim, o artigo busca mapear os afetos implicados no processo de escolha, mudança e construção da nova Capital. Para tanto, discutiremos, brevemente, as especificidades e potencialidades da literatura como fonte de pesquisa em História. Em seguida, analisaremos, a partir das várias personagens que constituem a narrativa, os modos pelos quais determinados afetos circulavam naquele período e, conseqüentemente, como mobilizavam temporalidades distintas – em convergência e/ou divergência. Por fim, destacaremos como a obra de Avelino Fóscolo se articula com a historiografia contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Avelino Fóscolo; Belo Horizonte; Literatura; História; Afetos.

ABSTRACT: The aim of this study is to analyze the novel *A Capital* (*The Capital*, in free translation), by Avelino Fóscolo. The literary work settles parallels with the tensions caused by modernity, specially the debate regarding Belo Horizonte's building. Thus, the article purposes to map the affections involved in the choice, changing and building of Minas Gerais' new capital. In order to do so, the specificities and potentialities of Literature as a source for researches in History will be briefly discussed. Then, it will be analyzed, through the several characters who compose the historic narrative, how certain affections passed around at the time and, therefore, how these affections promoted distinct temporalities – weather converging or diverging. Finally, it will be highlighted how Avelino Fóscolo's work ties in with contemporary historiography.

KEYWORDS: Avelino Fóscolo; Belo Horizonte; Literature; History; Affections.

INTRODUÇÃO

O escritor e acadêmico Eduardo Frieiro (1889-1982), no prefácio à segunda edição de *A Capital* (1903), de 1979, sugere que “Os romances de Avelino Fóscolo, hoje conhecidos de poucos, oferecem matéria de interesse para os possíveis futuros estudiosos da vida social em Minas [Gerais] nos derradeiros anos do Império e primeiros da República” (FÓSCOLO, 1979, p. 31). Já o jornalista e crítico literário Oscar Mendes (1902-1983), na apresentação desta mesma edição, diz ainda que o livro “é o primeiro trabalho de ficção inspirado na mudança da Capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte. E mais, em suas páginas descreviam-se a construção da nova cidade e as festividades de sua inauguração” (FÓSCOLO, 1979, p. 7).

Como notam dois dos principais intelectuais mineiros da segunda metade do século XX, a obra de Avelino Fóscolo (1864-1844) – especialmente *A Capital*, texto pioneiro no sentido de centralizar um esforço de reflexão em torno das mudanças vivenciadas pelos mineiros em nome do progresso e da modernidade – apresenta-se como uma fonte absolutamente notável para historiadores do social, do político, do econômico, das cidades, dos imaginários, da cultura material etc. Todavia, poucos têm sido os historiadores a mobilizarem esta obra como fonte de pesquisa, exceção feita a trabalhos como os de Letícia Julião (2001), Cynthia Veiga (1994) e Regina Horta Duarte (1988). A dificuldade está não só no tortuoso acesso à obra, esgotada há bastante tempo, como

também nas implicações metodológicas e epistemológicas do uso da literatura como fonte de pesquisa em História.

Nesse sentido, como insiste Oscar Mendes, ainda na apresentação do romance, impresso em função das comemorações do octogésimo aniversário de inauguração da cidade de Belo Horizonte, “tal depoimento [o romance *A Capital*], mesmo sob a forma de ficção (...) não podia ficar no limbo das obras esquecidas; tinha valor não apenas pelos méritos literários, mas igualmente por testemunho que era de quem fora contemporâneo dos acontecimentos” (FÓSCOLO, 1979, p. 7). Como assevera Letícia Julião (2011, p. 127), Avelino Fóscolo é uma “espécie de voz dissonante em meio aos discursos entusiastas com a nova Capital”. Com uma trajetória intelectual marcada pela atuação no incipiente movimento anarquista, este autor lança um olhar atento sobre “o impacto causado pela construção da nova Capital na sensibilidade da época” (JULIÃO, 2011, p. 131). Além disso, coerente com suas concepções anarquistas, Foscolo partirá de uma perspectiva que atribui à literatura “um papel de análise e transformação” (DUARTE, 1988, p. 53). Daí, portanto, a necessidade de pensar a obra ficcional de Avelino Fóscolo em uma articulação crítica e construtiva com seu tempo.

A relação entre História e Ficção, entre testemunho e imaginação, que aparece subrepticamente no comentário de Oscar Mendes, são alguns dos elementos constitutivos do romance de Avelino Fóscolo e explicitam uma questão

central em História: o status epistemológico da literatura como fonte e as implicações metodológicas de seu uso. Com isso, elaborar teoricamente os limites e as potencialidades da literatura – e da ficção de modo geral – como fonte de pesquisa em História é um passo inicial necessário, embora não destituído de dificuldades, contradições e tensões.

Por ser assim, antes mesmo de abordarmos as questões que nos interessam particularmente neste trabalho, ou seja, mapear, através das personagens construídas por Avelino Fóscolo, os modos pelos quais os afetos da angústia, da nostalgia e da expectativa circulavam durante o processo de construção da nova Capital, e como, conseqüentemente, sinalizavam diferentes disposições afetivas em relação ao futuro da cidade e de seus habitantes, discutiremos, brevemente, as especificidades e potencialidades da literatura como fonte de pesquisa em História.

HISTÓRIA E FICÇÃO: HISTORICIDADE, TEMPORALIDADE, SENSIBILIDADE, AFETIVIDADE

Em ampla medida, este trabalho configura um esforço inicial em “repensar dialeticamente o conceito de historicidade” das obras literárias (BOSI, 2000, p. 13). Isso implica, num primeiro momento, o reconhecimento da literatura como uma fonte especial de pesquisa em História – que, nesse sentido, não se confundiria (metodológica e epistemologicamente) com as demais fontes escritas. O que sugerimos, inicialmente, é o reconhecimento do status epistemológico da literatura

como fonte histórica e, conseqüentemente, o reconhecimento das especificidades metodológicas de seu uso. Para Sandra Pesavento, por exemplo, é preciso que os historiadores busquem na literatura aquilo que de mais potente ela pode oferecer, a saber: um acesso privilegiado em relação à sensibilidade de um tempo, i.e., “a possibilidade de atingir aquela ‘sintonia fina’ que permita [ao historiador] captar o passado de outra forma” (PESAVENTO, 1996, p. 109).

Nessa lógica, a literatura não deveria ser vista como um “mero documento” ou, em outras palavras, como uma “fonte a mais que corrobore e comprove um quadro mais amplo de evidências” (PESAVENTO, 1996, p. 109), visto que isso resulta, quase sempre, em um uso instrumental da literatura, que embora profícuo em certos contextos, não materializa a potencialidade do objeto literário como fonte de pesquisa em História. Assim, adequando uma expressão de Alain Badiou (2002), seria possível insistir em uma perspectiva em que os historiadores não apenas projetassem nas narrativas ficcionais um conhecimento já estruturado e consolidado, por mais necessário e conveniente que eventualmente esse tipo procedimento possa parecer, mas sim buscassem na literatura os seus “efeitos estritamente intra-temporais” ou “intra-históricos”. Ou seja, sem abandonar o instrumental teórico-metodológico que caracteriza a “operação historiográfica” (REIS, 2010, p. 46), especialmente a mobilização e o cotejamento de tipologias documentais diversas, a literatura poderia ser reconhecida como

produtora de uma “verdade” sobre a experiência humana que, sem desvencilhar-se dos conteúdos propriamente historiográficos, no sentido efetivo de uma história escrita, também não se resumiria a estes conteúdos: “a verdade da poesia, e da literatura moderna especialmente, deve ser encontrada não apenas em suas afirmações diretas, mas em suas dificuldades peculiares, atalhos, silêncios, hiatos, fusões” (HAMBURGER, 2007, p. 61).

Antônio Cândido (2006) já apontava algumas questões nesse sentido ao sugerir, por exemplo, a superação de uma leitura paralelística, que “consist[iria] essencialmente em mostrar, de um lado, os aspectos sociais e, de outro, a sua ocorrência nas obras, sem chegar ao conhecimento de uma efetiva interpenetração” (CÂNDIDO, 2006, p. 9). Essa “interpenetração” poderia ser buscada, como fez Roberto Schwarz (1977), na articulação entre forma e conteúdo – mas não apenas. Tanto o trabalho com a linguagem como a forma mesma com que a linguagem se inscreve na obra poderiam ser objeto de um olhar histórico.

A literatura, como “expressão artística da sociedade possuidora de historicidade”, como aponta Valdeci Rezende Borges (2010, p. 94), é tributária, ao mesmo tempo em que também não restringe, das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que criaram sua condição de possibilidade. Para Roland Barthes (1978, p. 17), nesse mesmo sentido, toda literatura é, por assim dizer, realista: “ela é a realidade, isto é,

o próprio fulgor do real. Entretanto, e nisso verdadeiramente enciclopédica, a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso”. Esses aspectos mais sensíveis captados pela literatura possibilitam que o “fulgor da realidade” apareça de forma mais potente na ficção do que em outros discursos que reivindicam um status epistemológico como produtores de enunciados objetivos sobre a experiência da humanidade no tempo. José Carlos Reis (2010, p. 78), ao comentar a obra de Paul Ricoeur (1913-2005), insiste, nessa lógica, que a “irrealidade da ficção também pode ser questionada, porque ela é reveladora e questionadora da prática cotidiana. Como reveladora e transformadora, a ficção é ‘apropriação’ ou ‘aplicação’ reais”.

Não se trata, porém, de dizer que a ficção equivale, reproduz ou se distancia definitivamente de qualquer coisa que seja a realidade, mas que o uso que a ficção faz das estruturas de mundo subjacente a ela possui historicidade. Em outras palavras, a ficção se apropria ou registra, indiretamente, uma tal realidade articulada temporalmente e historicamente delimitada; daí, então, a sugestão de que os historiadores mobilizem a literatura como uma modalidade tipológica de fonte específica, que permite um acesso privilegiado a algumas dimensões do real (sobretudo às dimensões temporais). Wolfgang Iser (1926-2007) busca, dentro destas possibilidades, substituir a dicotomia realidade/ficção pela tríade “real – fictício – imaginário”. Como explica Warley Gomes:

A construção da ficção estaria vinculada [para Iser] ao ato de fingir, ou seja, o ficcional na medida em que repete uma parcela da realidade, sem se esgotar em sua apresentação, dela se apropriando para transgredi-la. Através do fictício também perpassa um imaginário que se relaciona com esta realidade. O imaginário, para Iser, seria a princípio difuso, informe, fluido e sem objeto de referência (GOMES, 2011, p. 78).

Sintomaticamente, autores de tendências teóricas diversas, como Roland Barthes e Wolfgang Iser, concordariam neste ponto: o uso que a ficção faz do real a constitui como uma modalidade específica de interlocução crítica/construtiva com o mundo. Tanto a dimensão enciclopédica de Barthes quanto a repetição transgressora de Iser localizam a ficção no limiar entre o real e o imaginário, ou seja, naquele lugar indireto, mas precioso, do qual falava Barthes. Como sugere Gilles Deleuze (2011, p. 85), “o imaginário e o real devem ser antes como que duas partes, que se pode justapor ou superpor, de uma mesma trajetória, duas faces que não param de intercambiar-se, espelho móvel”. Esta perspectiva é condensada na bela imagem construída por Maria Esther Maciel: “a literatura possibilita vasculhar as dobras da realidade”. E é sobretudo nestas dobras que uma dimensão mais sensível e afetiva da experiência humana no tempo explicita-se.

Como nota Sandra Pesavento (1996), e antes dela autores como Paul Ricoeur (2012) e Benedito Nunes (2013), a capacidade da literatura de tornar inteligível, através de

seus instrumentos narrativos, determinadas experiências de tempo talvez seja uma estratégia absolutamente viável de compreensão da “dinâmica interna de cada período [histórico] com todas as suas nostalgias, angústias e expectativas” (BOSI, 2000, p. 13). Esses afetos circulam e conformam uma sensibilidade partilhada pelos mais elementares componentes da vida social. Conforme Jacques Rancière (2005, p. 15), essa partilha do sensível é “o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas”. Infere-se, então, que alguns afetos, e em determinados momentos, são partilhados por uma coletividade como um bem comum; enquanto outros, e em outros momentos, são partilhados de forma seletiva por determinados grupos. A partilha do sensível não é, porém, homeostática, mas incorpora uma dinamicidade que caracteriza um movimento próprio às culturas humanas no tempo. No entanto, as tradicionais tipologias de fontes mobilizadas pelos historiadores quase nunca dão conta dessa dimensão mais afetiva, mais sensível, da experiência temporal; coisa que a literatura, como sugere Sandra Pesavento (1999), certamente poderia fazê-lo.

Alfredo Bosi (2000, p. 13), comentando indiretamente algumas dessas questões, pergunta: “qual fase da história foi vivida só de instantes presentes, pura e abstrata contemporaneidade, sem memória nem projeto, sem as sombras ou as luzes do passado, sem as luzes ou as sombras do futuro?”. Esses afetos – mormente os que implicam dimensões

temporais, como os que nos interessam neste trabalho: a angústia, a nostalgia e a expectativa – são partilhados (de forma comum e/ou seletiva) por uma comunidade e explicitam-se sobretudo em momentos de tensão e protensão, como foi o caso de Minas Gerais durante o processo que culminou na mudança da Capital de Ouro Preto para o então Curral del Rei, tema do romance *A Capital*.

O romance foi publicado em 1903, ou seja, cerca de seis anos depois da inauguração da Cidade de Minas, à altura da publicação da obra já nomeada de Belo Horizonte. Avelino Fóscolo, tal como Charles Baudelaire na Paris de Haussmann, é um espectador-protagonista de um tempo de rupturas, transformações e continuidades:

Enquanto trabalhava em Paris, a tarefa de modernização da cidade seguia seu curso, lado a lado com ele, sobre sua cabeça e sob seus pés. Ele pode ver-se não só como um espectador, mas como participante e protagonista dessa nova tarefa em curso; seus escritos parisienses expressam o drama e o trauma aí implicados (BERMAN, 2007, p. 177).

Avelino Fóscolo é um espectador privilegiado das transformações que culminaram na construção de Belo Horizonte porque os eventos passaram-se diante de seus olhos. Como apontou Oscar Mendes, ele foi contemporâneo e, assim, pôde prestar um depoimento sobre este tempo: ele contemplou o processo de planejamento e construção da primeira

cidade moderna do Brasil. Todavia, ele também é um protagonista: suas obras, especialmente *O Caboclo*, *A Capital* e *O Mestiço*, “expressam o drama e o trauma” implicados nesse grande empreendimento. Como sugere Luciana Mariano do Nascimento (1999, p. 73), Avelino Fóscolo constrói em seu romance “uma “cidade de papel”, feita de “dobras, de avessos e de frustrações”. A “verdade” que Avelino Fóscolo capta (de modo não necessariamente consciente) sobre o processo de construção da Capital é uma verdade que apresenta-se “nos atalhos, silêncios, hiatos, fusões” (HAMBURGER, 2007, p. 61); em suma: nas dobras da sua narrativa. Ao historiador atento talvez interesse sobremaneira visualizar nos interstícios dessa trama as tensões de um tempo de rupturas notáveis, mas também de continuidades insuspeitas.

Tendo em vista essa dimensão teórico-metodológica, o objetivo deste trabalho é, portanto, analisar o romance *A Capital* buscando mapear, a partir das várias personagens que constituem a narrativa, os afetos implicados no processo de escolha, mudança e construção da nova Capital dos mineiros. De modo geral, as personagens transitam entre esperança e desespero, entre sucesso e fracasso, entre projetos de futuro e a sombra do passado, ou seja, entre nostalgia, angústia e expectativa. Como sugere Alfredo Bosi: qual período da história não foi vivido sem que esses afetos permeassem até o mais escuso dos cidadãos? Vladimir Safatle (2016, p. 21), refletindo sobre os afetos a partir de uma ontologia social, diz que é “impossível purificar o espaço político de todo afeto”.

Quaisquer que sejam os afetos, eles circulam pelo cotidiano de pessoas e cidades e são mobilizados politicamente. Mesmo em uma cidade pensada de maneira racional, os afetos não estão de todo excluídos: não há como excluí-los de fato.

Como apontam Judith Butler (2015) e Vladimir Safatle (2016), cada um a seu modo, gerir as disposições afetivas de uma população sempre esteve (e está ainda) no horizonte da atividade política do Estado. Neste trabalho, porém, não sugerimos uma nova “ontologia do sujeito social” calcada na precariedade como condição generalizada, como Butler; também não analisamos as implicações do medo e da esperança como afetos centrais da vida política, de forma a viabilizar o surgimento de outros afetos, como o desamparo, como fez Safatle. Nosso objetivo é mapear o modo como os afetos circulavam num determinado período histórico e como esses afetos mobilizavam, por sua vez, temporalidades distintas – em convergência e/ou divergência. O encontro dos afetos com as dimensões de temporalidade nos permitirá, em alguma medida, ter acesso a alguns elementos “indiretos” da sensibilidade de um tempo.

Além disso, como sugere Sandra Pesavento (1999, p. 10), trabalhar a cidade a partir das suas representações literárias “implica pensar a literatura como uma leitura específica do urbano, capaz de conferir sentidos e resgatar sensibilidades aos cenários citadinos, às suas ruas e formas arquitetônicas, aos seus personagens e às sociabilidade que nesse espaço têm

lugar”. Com isso, além de uma série de elementos tangíveis (arquitetura, ruas etc.), a literatura permite acessar a sensibilidade, as formas de sociabilidade e, mais especificamente, o circuito de afetos de uma determinada comunidade humana no tempo. Assim, “a própria literatura se constitui como uma determinada sintomatologia da sociedade” (RANCIÈRE, 2005, p. 49).

A literatura é, desse modo, uma fonte profícua no sentido de captar e dar forma a alguma dessas dimensões; captar e dar forma à sensibilidade e à historicidade de um tempo. É assim, portanto, que “contextualizar um poema [ou qualquer outro objeto cultural] não é simplesmente datá-lo: é inserir as suas imagens e pensamentos em uma gama já em si mesma multidimensional” (BOSI, 2000, p. 13). Essa multidimensionalidade do tempo (e dos afetos) é absolutamente presente na narrativa de Avelino Fóscolo: a miríade de personagens do romance e as suas disposições afetivas em relação à nova Capital nos arrendam acesso à sensibilidade de um período de adensamento explícito das experiências de tempo.

NOSTALGIA, ANGÚSTIA E EXPECTATIVA EM A CAPITAL

Um ângulo bastante interessante para se explorar um romance é, sem dúvida alguma, aquele que focaliza as personagens. Antônio Cândido, depois de dizer que a “personagem vive o enredo e as ideias, e os torna vivos”, cita André Gide: “Tento enrolar os fios variados do enredo e a complexidade

dos meus pensamentos em torno destas pequenas bobinas vivas que é cada uma das minhas personagens” (CÂNDIDO, 2009, p. 54). As personagens, contudo, captam não só os pensamentos do escritor, como aponta André Gide, como também deixam antever uma sensibilidade que perpassa a ambos – criador e criatura. Essa sensibilidade é a marca do tempo impressa na obra.

Assim, são várias as personagens que circulam pela *A Capital*, sendo que toda a narrativa se organiza a partir de três delas, que compõem a estrutura central do romance: Cunha, Lená e Sérgio. Estas personagens, “como se estivessem saindo das ruas da cidade, inventariam as expectativas e inquietações urbanas” (JULIÃO, 2011, p. 131), revelando, a contrapelo, as tensões de um tempo de mudanças e transformações na vida social.

Cunha e Lená formam um casal, cuja história é objeto do romance anterior de Avelino Fóscolo: *O Caboclo*. O casamento, como fica claro desde o começo da narrativa, foi a solução encontrada para um drama que teve como ápice a morte do noivo de Lená, que comete suicídio após saber que ela havia sido estuprada por um “primo caboclo”, agregado da família. Lená, sem forças em função da perda do noivo e da violência que sofrera, acaba aceitando casar-se com Cunha, outro agregado e até então figura secundária na narrativa. Tanto Cunha como Lená arrependem-se do casamento, organizado pelo Coronel Lima, chefe de Cunha

e pai de Lená: embora o primeiro tenha conseguido ascender economicamente, ele perdera a tranquilidade da vida no campo; embora “livre” do constrangimento social causado pelo filho “fora do casamento”, oriundo do estupro, Lená casara com um homem que repudiava.

No entanto, Lená sofre um aborto espontâneo e para desvencilhar-se dos olhares indigestos das pessoas que conheciam o infortúnio do novo casal eles se mudam do interior. A primeira estadia de Cunha e Lená é em uma chácara em Sabará. Em um cenário político marcado pela proclamação da República, o casal tenta viver uma vida tranquila no distrito mineiro, mas a ânsia pelo enriquecimento fácil fez com que Cunha começasse a projetar outras possibilidades. Pouco tempo depois, têm início as discussões sobre a possibilidade de mudança da Capital de Minas Gerais de Ouro Preto para outra região. Felix, uma das personagens do romance, afirma: “Para mim, pelas epístolas ultimamente recebidas, é um fato a transferência da sede governamental! (...) A imprensa dogmatizou (...) Qual o local escolhido, porém? Eis o problema!” (FÓSCOLO, 1979, p. 76). De todo modo, o Cural del Rei apresentou-se, muito rapidamente, como a região ideal para o novo empreendimento:

O cunha recebeu novas cartas do irmão, aconselhando-o a comprar propriedades ali [no Cural del Rei]; o sogro escrevera-lhe também garantindo-lhe que a mudança seria feita ditatorialmente pelo governador de então, um poeta, na sua

fantasia de sonhador, deixando-se levar pelos irmãos da imprensa (FÓSCOLO, 1979, p. 74).

Essa passagem, e outras, permite antever um processo brutal de especulação de terra que tomou conta do Curral del Rei antes e depois dele ser, de fato, escolhido como o espaço em que seria construída a nova Capital. Cunha comprou terrenos no Curral, “pusera [ali] uma casa comercial” (FÓSCOLO, 1979, p. 75) e esperou a decisão oficial sobre a mudança. Interessante, no trecho citado acima, é a identificação do governador de Minas Gerais, Antônio Augusto de Lima (1891), que encaminhou a questão da mudança de Capital para congresso mineiro, como “poeta, na sua fantasia de sonhador”. De fato, Augusto de Lima já tinha publicado dois livros de poesias e, em 1903, seria eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL). O que chama a atenção, não obstante, é que o sogro de Cunha (um ouropretano) via o projeto de mudança como uma fantasia, uma loucura levada a cabo por um poeta-sonhador. Assim, não é surpresa o reconhecimento de que tanto em Ouro Preto, como no Curral del Rei, ou em outras localidades o debate em torno da mudança de Capital – e sobretudo o modo pelo qual se faria essa mudança – convocasse desde cedo partidários e detratores. Como aponta Letícia Julião (2011, p. 125), “não seria equivocado afirmar que o projeto de transferência da Capital constituiu-se no foco em torno do qual se manifestaram os conflitos políticos e ideológicos que se seguiram à proclamação da República em Minas”. Ademais, a possibilidade de

uma mudança autocrática, i.e., que não passasse por discussões no congresso mineiro, era uma pauta constante tanto para os que não queriam a mudança quanto para os que a desejavam:

- Será nosso Curral, ajuntou o Mestre. Consta mesmo, não posso afirmar, que o Governador virá a cidade vizinha e fará a mudança ...
- Autocraticamente, interrompeu o charlatão.
- Tras! zás! é melhor! murmurou o Libório, saudino a cabeça de bêbado inveterado.
- Não posso crer, volverá o Cunha, julgo mesmo que o governo tem bastante juízo para não cometer uma violência: o povo ouro-pretano, a um golpe tão súbito, será capaz de revoltar-se (FÓSCOLO, 1979, p. 76-7).

Todavia, “O governador não fizera o decreto ditatorial[mente]” (FÓSCOLO, 1979, p. 80), sendo instalada, portanto, uma “comissão incumbida de estudar locais” propícios à construção de uma nova cidade (FÓSCOLO, 1979, p. 80). O debate em torno da mudança foi intenso: “A imprensa abriu propaganda e todas as vistas concentravam-se em Belo Horizonte, antigo Curral del Rei” (FÓSCOLO, 1979, p. 74), embora, como já destacamos, o distrito não fosse único candidato, disputando sobretudo com a região férrea da

Várzea do Marçal. Curioso, nesse sentido, é o debate que se estabeleceu na imprensa de Ouro Preto entre o Padre Mestre e Augusto de Lima. O detalhe é que o debate se deu através de sonetos (CARMONA, 2016). Em vista disso, percebe-se que a questão da mudança de Capital era pautada em várias esferas da vida social mineira e mobilizava, deste modo, diversas linguagens, inclusive a da poesia.

Deste modo, assim como vários curralense de fortuna, Cunha e seus amigos – o mestre Pinto, Félix e Libório, “todos eles, exceto Libório, mandões de aldeia! O Cunha e o mestre pelos bens de fortuna acumulados e o Feliz pelo seu charlatanismo” (FÓSCOLO, 1979, p. 80) – discutiam sobre as futuras possibilidades de lucro com a venda de terras para construção de edifícios públicos, caso o Curral fosse, efetivamente, escolhido. Para Letícia Malard (1987, p. 43 apud LIMA, 2014, p. 65), “o romance se arma como um libelo contra a corrupção e a especulação comercial e imobiliária que envolviam um fato histórico, a construção da nova capital”, como vemos neste trecho:

— Quão infantis somos no divagar sobre a Capital; dada a transferência o governo adquirirá terrenos, construindo os prédios mais necessários! exclamou Feliz.

— De certo! Espero vender o metro quadrado de solo a dez mil reais, se Deus me der vida e saúde, porque enfim as minhas

terras estão aqui no centro, ajuntara o Cunha (FÓSCOLO, 1979, p. 78).

Cunha e seus amigos experimentaram, num primeiro momento, a expectativa como afeto central. A expectativa tinha que ver, entretanto, não só com a possibilidade de lucro com a venda de terras, mas também, e sobretudo, com a manutenção do autoritarismo e do mandonismo que até então tinham caracterizado sua atuação naquela região. No final das contas, todos eles “esperavam ser na Capital o que tinham sido no Curral”, ou seja, “autoritários, impondo a lei a seu bel prazer, adquirindo fraudulentamente o solo, formando grandes domínios a ponto do professor fazer-se um potentado ali” (FÓSCOLO, 1979, p. 80). Ainda assim, embora animados pela expectativa ensejada pelo progresso, todos eles eram movidos por uma profunda desconfiança, um receio provocado pelo risco da despossessão de suas terras:

— E assim será! Irão aos poucos: vem em primeiro lugar o governo e as secretarias... Poderão para isto fazer aquisição de boas casas que felizmente não nos faltam. Depois irão fazendo lentamente construções novas. Onde será o palácio? Se o major quisesse dispor da propriedade ali, ao lado, no quintal, estava esplêndido para o edifício.

— Desapropriá-lo-ão, Mestre, declamara o Feliz, doutoramento (FÓSCOLO, 1979, p. 77).

Segundo Leticia Julião (2011, p. 127), as personagens do romance “protagonizam a tragédia do desenvolvimento; são seduzidas pelo progresso e ao mesmo tempo se tornam suas vítimas”. Marshall Berman (2007), ao analisar *O Fausto*, de Johann Goethe (1749-1832), lembra bem que esse desenvolvimento tem não só uma dimensão heróica (a do progresso) como também uma dimensão trágica (a da destruição). Portanto, é neste processo dialético que a modernidade, enquanto um empreendimento humano, se constitui. Avelino Fóscolo, nos parece, focaliza de modo perspicaz esta mesma tensão. Este tempo de rupturas e de transformações, de progresso e destruição, fez com que afetos contraditórios – como o medo e a esperança, a angústia e a expectativa – se explicitassem, influenciando, conseqüentemente, até o mais elementar componente da vida social. Por isso, embora receosos, alguns proprietários estavam também confiantes:

Que fariam os vindouros senão submeter-se a lei de ferro, curvar a cerviz ao jugo caprichoso deles, os grandes possuidores (...) O próprio governo, se quisesse construir na antiga sede os edifícios públicos, não teria de indenizá-los? Firmes no respeito à propriedade, não podiam compreender outra maneira de lhes apossarem dos bens a não ser pelo preço que impusessem (FÓSCOLO, 1979, p. 80).

Para Benedictus Spinoza (2016), um afeto só pode ser destruído por outro contrário e mais forte. Todavia, afetos diferentes, mas complementares, quando encontram-se

podem produzir uma espécie de paralisia, de angústia: é o que acontece quando a expectativa e um pessimismo nostálgico se encontraram em Cunha. Lená, personagem romântica e sonhadora, sempre otimista em relação à modernidade e que considera o marido uma figura odiosa e retardatária, se diverte com sofrimento de seu esposo:

Havia muita contradição em seu espírito na maneira de castelar a Capital: cria – retardatário – as coisas surdindo lentamente e esperava – ambicioso – empolgar lucros fabulosos em poucos anos. Lená zombava daquele pobre nulo temendo e aguardando o progresso (FÓSCOLO, 1979, p. 86).

Mesmo Cunha e seus amigos, temendo e aguardando o progresso – sendo, a um só tempo, vítimas e algozes do processo de modernização –, com a aprovação e definição do Curral del Rei como a nova Capital, veem os seus ânimos exaltarem-se. Tanto os conservadores, como Cunha, quanto os entusiastas do progresso, como Lená e Sérgio, animaram-se. Importante lembrar que embora a “Comissão de Estudos incumbida de escolher o local tenha concluído pela Várzea do Marçal, próxima a São João del-Rei, o Congresso, por um arranjo político, designou Belo Horizonte, antigo Curral Del Rei”, como a nova Capital (JULIÃO, 2011, p. 118). Segundo a narrativa de Avelino Fóscolo, “estaria vencedora a empresa de viação [na Várzea do Marçal], se os representantes da velha Capital, lassos da luta, enfurecidos pelos apodos atirados a Villa Rica pelos deputados da Oste não tivessem

pendido na votação final para Belo Horizonte” (FÓSCOLO, 1979, p. 80).

De todo modo, uma grande passeata foi organizada como forma de comemoração pela escolha do Curral. Esta passagem lembra em muito a cena da proclamação da República narrada por Aristides Lobo (1838-1896) e analisada por José Murilo de Carvalho (1987): o povo assistindo bestializado a uma República proclamada em seu nome, mas que ele absolutamente desconhecia:

Continuavam a passeata através das ruas poeirentas e esburacadas. Das modestas janelas torrentes de luz jornavam sobre os transeuntes e os ingênuos habitantes, muito curiosos, fitando aquele regozijo, transformado quase em orgia, acordando a pacatez da vida aldeã, eletrizando tudo, embebedando de júbilo os mandões, perguntavam-se entre si se já seria a Capital aquilo (FÓSCOLO, 1979, p. 82-3).

Assim, decidido o novo endereço da Capital, começa então o processo de construção. Alguns curralenses, felizes e ansiosos com a escolha de sua província, temiam, entretanto, as críticas dirigidas ao Curral, sobretudo as que consideravam a região inadequada, feia e infestada por enfermidades, especialmente o bócio:

Havia mesmo combinação para não fazerem mau estado no preço dos prédios; passaram cal nas velhas casas, deram ao

modesto arraial uma feição mais risonha e a alegria estridulante no peito do populacho parecia, como um lago de luz, banhar toda a terra em torno (FÓSCOLO, 1979, p. 83).

A expectativa provocada pela decisão definitiva da mudança da Capital parece afetar, num primeiro momento, toda a cidade. Porém, essa “alegria estridulante no peito do populacho” começa muito rapidamente a desfazer-se. O entusiasmo de alguns cidadãos era construído a partir e em função da exclusão de tantos outros. A cidade, em nome da modernização e do progresso, começa então a banir os seus membros enjeitados; a definir, desde cedo, os que pertencem à cidade – os que serão cidadãos – e os que serão relegados à margem, destituídos de direitos. Em um dos trechos mais sensíveis do romance, Avelino Fóscolo capta uma contradição inerente à modernidade:

Não olhavam sacrifícios para impor o velho arraial ao conceito público. Contavam mesmo que dias vesperais à vinda da Comissão incumbida de estudar o local, tinham ido ao albergue de uns pobres cretinos, muito magros, de um amarelo ocráceo, enormes bócios, forçando-os a partir, a abandonar a triste choupana onde havia decorrido a mísera existência, exilando-os para sempre qual chaga cancerosa. Foram aos empurrões, lamentando-se num queixa dorida, pesarosos, embora promettessem-lhes colocação melhor, lá ao longe, no desconhecido ... Não podiam compreender aquela insólita expulsão do velho arraial onde tinham, nascido,

vendo desfiar-se o rosário de suas penas, sem jamais arredar o pé dali como árvores plantadas no solo (FÓSCOLO, 1979, p. 81).

A expectativa em torno da nova Capital justificou a expulsão dessas pessoas. A angústia que caracteriza a pergunta final dos excluídos (“Dessem-lhe embora um palácio, valeria porventura o triste tugúrio?” (FÓSCOLO, 1979, p. 81-2)) deixa antever pessoas que foram privadas da sua própria miséria, do pouco que ainda tinham. Essas pessoas deixaram a cidade em que cresceram, em que criaram raízes, em que desfiaram o rosário de suas vidas apenas com a promessa de uma “colocação melhor”, lá longe, porém, no desconhecido:

Dessem-lhe embora um palácio, valeria porventura o triste tugúrio – testemunha da vegetação deles, esburacado, recurvo, quase a tombar, com a coberta de colmo enegrecida de fumo, onde o vento assobiando em noite invernososa, fazia-os tiritar e a borrasca zumbindo através das ruínas, arremessando buquês fosforáceos de raios, jatos d’água, deixava-os imóveis, mais bestificados ainda com o olhar dos cretinos não alcançando a razão das tormentas? (FÓSCOLO, 1979, p. 81-2).

Além desses “pobres cretinos”, outros segmentos da população curralense também foram excluídos, privados da possibilidade de sonhar um futuro: “Grande parte da população indígena havia imigrado para Venda Nova, com a morte n’alma, vendo esboroarem-se as suas ilusões, destruída

como brinco às mãos infantis a Capital sonhada” (FÓSCOLO, 1979, p. 97). A angústia apresenta-se aqui como uma violência inscrita num processo sistemático de despossessão, de abandono. Se, num primeiro momento, a expectativa foi experienciada, mesmo que de forma ingênua, por amplas parcelas da sociedade, ou seja, também “pelo populacho”, depois as ilusões desfizeram-se e a modernidade, materializada na construção da primeira Capital planejada do Brasil, mostrou sua face oculta e perversa. Nessa lógica, segundo Cynthia Veiga (1994, p. 69), o romance permite mapear “o surgimento de novas formas de inserção em uma cidade onde não mais havia lugar para eles, seja por se verem expropriados de suas propriedades, ou expropriados de seus valores e de sua cultura”.

É nesse contexto, de construção da Capital, de erupção de afetos contraditórios, que outra personagem central do romance aparece: Sérgio. Irmão de Cunha, Sérgio viveu dez anos no Rio de Janeiro trabalhando no comércio local. O começo do romance, cuja temporalidade não é linear, marca sua chegada à Capital junto com Cunha e Lená, que visitavam o Rio de Janeiro para buscá-lo, no intuito de fazê-lo assumir o empreendimento da família; e, também, a procura de tratamento médico para Cunha, que estava adoentado dos olhos. Por conseguinte, é justamente na viagem de volta, feita por trem na recém construída estrada de ferro – “Esta traquitana a que chamam progresso” (FÓSCOLO, 1979, p. 62) –, que as disposições afetivas sobre o futuro da nova

Capital começam a aparecer de forma mais potente. Um dos personagens secundários, passageiro no trem em que todos voltavam, passa toda a viagem a discorrer sobre os novos tempos, com o explícito apoio de Cunha:

— Foi outra coisa no tempo do Império, foi, pesa-me dizê-lo; e posso falar como insuspeito, porque sou histórico: havia ordem, havia asseio, e jamais um desastre; hoje, veja isto ... parece um chiqueiro. Digo-lho e, grave bem, as minhas palavras, senhor Capitão: se não melhorar o estado material das coisas, a restauração aí está.

— De certo, seu Berrini; não era esta a república sonhada, volveu o gorducho. Onde está a indenização prometida a nós outros – os esbulhados da propriedade escrava (FÓSCOLO, 1979, p. 57).

A proclamação da República, em 1889, trouxe à tona disputas por projetos republicanos divergentes, nem todos preocupados com uma efetiva mobilização popular e com a constituição de um modelo de cidadania democrático, como explica José Murilo de Carvalho (1987). Pouco tempo depois de feita a República, os “históricos” (republicanos que defendiam uma república positivista, nos moldes de Augusto Comte (1798-1857)) arrependeram-se do seu apoio e engajamento no processo que culminou na proclamação, especialmente quando viram abandonados os projetos de indenização aos proprietários de escravos (“Afinal, a monarquia

também desorganizou a lavoura com a malfadada lei de 13 de maio, ajuntou o negociante” (FÓSCOLO, 1979, p. 79)). Tem-se, portanto, um olhar nostálgico, idealizado, em relação ao passado: “Mesmo assim era melhor! murmurou com um suspiro apaixonado; mais romântico e menos heróico talvez do que esta máquina em que nos arriscamos diariamente” (FÓSCOLO, 1979, p. 62).

Curioso como o olhar nostálgico e, aqui, absolutamente conservador, focaliza o passado (mesmo aquele com o qual, em determinado momento, se rompeu) com carinho e consideração. Com isso, todo progresso, toda mudança mais incisiva, aparece como algo temível, perigoso, fazendo com que as inovações modernas, como o trem movido a vapor que os transportava, fossem todas rechaçadas: “Um horror, uma vergonha! Podia ser a primeira estrada do mundo ... a primeira, sabe? O desmantelo geral deste República que eu fiz precipitou-a porém num abismo, verdadeira antecâmara da morte” (FÓSCOLO, 1979, p. 56).

Apesar de tudo, no passado “era melhor!”, insistem. A antecâmara da morte é tanto o trem como a República: todas fadadas à morte certa. A nostalgia se encontra aqui com outro afeto: a angústia: “Se as coisas não tomam novo pé vamos ao abismo e dói me dizê-lo, porque concorri com a propaganda para a República” (FÓSCOLO, 1979, p. 66). Esse conservadorismo nostálgico e ressentido, volta-se, também, para o símbolo maior do progresso naquele momento: “Grande

porcaria a tal Capital ... uma verdadeira bandalhoínópolis!” (FÓSCOLO, 1979, p. 64).

Entretanto, se Cunha, interiorano tímido, contenta-se apenas em acenar positivamente para essas opiniões, deixando patente o aspecto “retardatário e pessimista” da sua personalidade (FÓSCOLO, 1979, p. 65), Sérgio, por outro lado, “estava pasmado. Que pessimismo feroz! Devia ser bem triste a existência de quem julgava tão mau o presente” (FÓSCOLO, 1979, p. 62). Sérgio é a síntese do entusiasmo republicano, uma espécie de proto-empresário, símbolo do liberalismo oportunista que se constituiu especialmente durante o Encilhamento e que migrou na bagagem de Sérgio para Minas Gerais. Ele “viera à Capital como explorador, fantasiando a riqueza que não pudera adquirir no Rio com a vida volante que levava, de fraga em fraga, arrastado sempre na corrente da ambição e não criando limo jamais” (FÓSCOLO, 1979, p. 226).

Cunha, Lená e Sérgio materializam, portanto, as diferentes disposições afetivas em relação ao futuro da Capital. Essas disposições, às vezes contraditórias, estruturam temporalidades diversas, de forma a fazer convergir no presente as sombras ou as luzes do passado e/ou as luzes ou as sombras do futuro. Sintomática, neste perspectiva, é a chegada da família à Capital:

Numa curva surgiu a cúpula de General Carneiro, a afamada estação, o pórtico da Capital e enquanto o Cunha escolhia-se

a um canto, para não ver de certo aquele pesadelo, o horror de dinheiro ali enterrado, Sérgio e Lená punham-se a mirar, com as cabeças a se encontrarem quase confundindo os hálitos, e nos olhos o contentamento estrelante a fitarem o primeiro degrau do que eles julgavam a opulência, o progresso mineiro. Nem viam em torno as cafuas, as casinhas achaparradas e horríveis (FÓSCOLO, 1979, p. 70).

Cunha, nostálgico e ressentido, conservador frustrado com os rumos da República, esconde-se da cidade moderna: ela o aterroriza. Pouco tempo depois de se estabelecerem, Cunha e Lená constroem um novo casarão, que alegoriza, de certa forma, a própria Capital: Cunha vivia nele “muito encolhido, temeroso, de certo, para não ver; mudo, aterrorizado, estava o Cunha, como fugindo ao fantasma, ao terrível pesadelo, de seus dias, aquela empresa gigantesca tão em desacordo com o seu gênio rebarbativo do agricultor carranço” (FÓSCOLO, 1979, p. 74).

Já Sérgio e Lená, cuja relação amorosa fica subentendida mas mantém-se no nível platônico, por oportunismo de Sérgio, desde o começo olhavam extasiados o empreendimento moderno. Os dois, “adoradores da Capital” (FÓSCOLO, 1979, p. 185), animavam-se vendo surgir “no horizonte imenso que a fantasia povoava, a cidade moderna; movimentada e bela, erguendo-se no dorso das colinas – odalisca favorita” (FÓSCOLO, 1979, p. 95). Aos olhos de Sérgio, brilhavam, por exemplo,

O trabalho colossal de terraplanagem, as novas construções brotando do solo, com uma vitalidade fantástica e sentiu uma impressão superna, vindo de um centro populoso embora ... impressão feérica no cérebro do moço progressista e sonhador, aquele empreendimento gigante, jamais ousado no Brasil (FÓSCOLO, 1979, p. 71).

Sérgio se via como um “sonhador engendrando fortunas com a facilidade com que castela venturas, arremessando-se atrás da opulência que lhe aponta ao longe o Eldorado querido” (FÓSCOLO, 1979, p. 164). Por isso ele se entregava a empreendimentos arriscados, abandonando a antiga cautela que Cunha adotava em seus negócios. Esse entusiasmo que se apossara de Sérgio resultava sempre em planos fantásticos, em que fabulosas quantias eram conquistadas. Além de arriscar-se no comércio, ele também hipotecou o casarão do casal, escondido de Cunha, para financiar a construção de casas que seriam alugadas. Embora os empreendimentos quase todos fracassassem, a fé no progresso, no futuro da Capital, mantinha animada sua disposição. Essa aura de otimismo que caracterizou a *Belle Époque* (sobretudo na França, mas que reverberou de forma mais ou menos efetiva em várias partes do mundo) também esteve presente em Minas. Almeida, personagem igualmente entusiasmada com o progresso, perdia-se em devaneios. Em uma noite, por exemplo, ele “pusera-se à janela, calculando sempre... sempre no afã que a fantasia insana lhe impunha através de empresas, de conquistas, ganhos fabulosos, impulsionado,

apesar da derrocada de seus bens, por uma fé bem viva, agora que sentia palpitante e bela a Capital querida (FÓSCOLO, 1979, p. 170).

Já para Lená, “A Capital ideada (...) destacava-se da dos outros: era uma cidade moderna, bem construída, de uma forma vaga, surdindo num diorama, no seu divar romântico” (FÓSCOLO, 1979, p. 75). O entusiasmo de Lená mobiliza sempre um imaginário grandioso, fantástico :

Ela amava o progresso, o movimento, a vida, almejando uma Capital ideal para cérebro de Minas: muito grande, impulsionada à força potente da arte, da indústria, do comércio, erguendo-se soberana da modesta aldeia. Queria uma cidade como o Rio? Alguma coisa de mais belo, talvez, imantando, absorvendo os seres, levando-os no voltejar vertiginoso da existência à moderna, calcando a dor na ascensão vitoriosa do futuro (...).

Ai! se o sonho se realizasse, se ventura lhe sorrisse ainda, como bendiria a amada cidade de sua mente romântica (FÓSCOLO, 1979, p. 85-6).

Todavia, o êxtase dos entusiastas pela cidade moderna não os deixava perceber o que havia em torno: “as cafuas, as casinhas achaparradas e horríveis”, ou seja, a pobreza e a miséria que são não apenas os efeitos imprevistos da modernização, mas sua condição primeira. Não há como expulsar os “pobres

cretinos” da paisagem moderna. Como insistiria Marshall Berman (2007, p. 183), “eles simplesmente não irão embora”. Em outras palavras: a grandiosidade da cidade moderna também deixa antever as cicatrizes sem as quais ela mesma não seria possível.

Por outro lado, os conservadores, que oscilavam entre a expectativa em relação à nova Capital e uma visão nostálgica do passado, quando viram que o governo não pagaria as altas indenizações pelas suas propriedades, mas que os desapropriariam, encontraram uma profunda angústia, que se materializou, num primeiro momento, em discursos fervorosos e exaltados contra o progresso, a República e a Capital:

Vendo no bojo do progresso a destruição do passado e em toda a destruição a ruína. Quando alguém o refutava, ele (...) transformava-se num protesto veemente contra o progresso, o inimigo da ordem, citava a abolição, e a república, a separação da igreja do estado, e o casamento civil (FÓSCOLO, 1979, p. 83).

Como esclarece Alícia Duarte Penna, “o engenheiro-chefe da Comissão Construtora, Aarão Reis, fora ouvido dizer ‘que não queria nenhum dos antigos proprietários (...) dentro da área traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando’” (DIAS, 1897, p. 70 apud PENNA, 1997, p. 102). Para tanto, foi estabelecido o Decreto n. 680, de 14 de janeiro, que confere à recém-criada Comissão Construtora

a atribuição de desapropriar os “terrenos que tiverem de ser ocupados pela nova capital (...) e bem assim, dos prédios e benfeitorias que tiverem de ser demolidos e inutilizados” (BARRETO, 1995, p. 32 apud PENNA, 1997, p. 102). A narrativa capta a reação de alguns moradores a essa medida:

— Que voragem?! É a ladroeira e a pouca vergonha campeando impunes! Olhe, quer saber? Se não nos acautelarmos, se não fugirmos, hoje tomam as nossas propriedades, amanhã tomarão nossas mulheres e nossos filhos, bradou o Mestre. Os excomungados tem alma para muito mais ... (FÓSCOLO, 1979, p. 94).

Apesar disso, num segundo momento, essa angústia acabou desaguando em um forte ressentimento: “Por certo muita gente tem sido castigada, mas a classe melhor ...” (FÓSCOLO, 1979, p. 104). “Os mandões de aldeia” lamentavam não as consequências diretas do progresso, mas o fato de que a “classe melhor” fosse, ela também, vitimada pelo desenvolvimento. Não obstante, o ressentimento também serenou e assumiu a forma de uma nostalgia impotente: Cunha, por exemplo, “assentava-se a um canto, queixava-se da féria que fora má, maldizia a Capital, num tom brando de vencido, reconhecendo inútil a revolta” (FÓSCOLO, 1979, p. 165). Quando ele e os amigos reuniam-se, uma vez mais “Assentavam-se à porta da varanda, mas em vez das conversações de outrora, aureoladas de esperanças, cálculos de fortuna, eram verbeções amargas, agras censuras condenando os desmandos”

(FÓSCOLO, 1979, p. 97). Quando alguém sugeria que se rebelassem contra os abusos cometidos, logo era desincentivado: “E que nos adianta isto agora? (...) O vento da desgraça passou e destruiu tudo: o nosso velho Curral jaz para sempre sepulto nestas construções balofas” (FÓSCOLO, 1979, p. 111).

Em uma cena notável, Avelino Fóscolo apreende de modo bastante oportuno as disposições afetivas em relação a Capital e, ainda, sugere uma disputa travada pelos detratores e adeptos da nova Capital pelo futuro da cidade. A cena se passa em um jantar:

Lená, tomando a cabeceira da mesa, como habitualmente, considerava aqueles grupos tão diversos: de um lado o Cunha e os amigos – conservadores, retardatários, sonhando uma Capital morosa, vindo lentamente, concluindo-se após séculos e sentindo-se abatidos à derrocada do castelo; do outro, Sérgio, o Almeida, Rosinha e ela pendendo para eles com o voto de Minerva – sonhadores entusiastas, fantasiando uma cidade feérica surdindo das ruínas do velho arraial em encenação sonambúlica, quase divina, e dominando tudo, criando em torno uma fotosfera de simpatia, de admiração, de gozo, com essas criações excelsas do gênio! Os dois partidos que se achavam ali, face a face, sem o querer de certo, sem o sentir, continuariam ainda na liça aguardando o braço final de vitória que ninguém poderia prever (FÓSCOLO, 1979, p. 175).

Como nota Letícia Julião (2011, p. 127), na trama de Avelino Fóscolo é possível visualizar como “o engodo das indenizações oferecidas aos proprietários do Curral Del Rei, (...) a especulação financeira e os próprios limites das promessas do progresso servem de pano de fundo para os dilemas e inquietações dos personagens, defrontados com as transformações em curso”. Nessa lógica, Lená “percebe bem nitidamente as duas correntes, como rios revoltos, avançando para a barra do futuro e pelejando cada qual para dar o nome ao caudal formado. Qual o vitorioso de amanhã?” (FÓSCOLO, 1979, p. 183).

Num primeiro momento, os vitoriosos são os “adoradores da Capital”; a expectativa pelo futuro contagiou a todos: “a Capital está, soberana e bela, erguendo-se e velando as ruínas” (FÓSCOLO, 1979, p. 99). No entanto, sobretudo depois do êxtase dos primeiros anos, o entusiasmo diminuiu e mesmo os mais entusiasmados viram arrefecer sua ganância, buscando, dessa maneira, estratégias mais conservadoras:

Ele mesmo, Sérgio, tão animado dantes, sentida agora a neve da descrença gelar-lhe os membros, via desfolhada a esperança de um ganho fabuloso, feito a golpes de audácia na especulação desenfreada e apegava-se aquele casamento como a extrema tabia da ilusão extrema e tinha por vez risos de verberações acres contra a Capital (FÓSCOLO, 1979, p. 229).

Lená, do mesmo modo, vai perdendo aos poucos o entusiasmo pela cidade moderna. Letícia Julião aponta, por exemplo, a relação entre Lená e a cidade: “à medida que Lená se frustra com as possibilidades de viver o amor [com Sérgio] na nova Capital, aos seus olhos se projeta uma Belo Horizonte sombria, de lugar de esperanças a cidade se torna sinônimo de frustração” (JULIÃO, 2011, p. 128). Para Regina Duarte (1988, p. 68), o destino de Lená “é tão sem esperanças como o da Capital, que nasce cheia de deformidades, filha monstruosa da República”.

Já os conservadores, embora soubessem que o “Curral jaz para sempre morto, sepulto na onda de insânia que aí vai (FÓSCOLO, 1979, p. 220), ainda encontravam nos fracassos da nova Capital motivos para sorrir:

Cada catástrofe era uma vitória; cada recuo no passo agigantado do progresso que a cidade alcançara era uma alegria estralejando-lhes no semblante em ondas que se espriavam manifestamente em todos os olhares. Não procuravam mais recônditos fúgitivos, como soíam fazer outrora: atravessavam audazes as avenidas, paravam em frente aos armazéns desertos, liam espetaculosamente, com um riso irônico e maldoso os – aluga-se e vende-se – pregados à porta de vários prédios (FÓSCOLO, 1979, p. 230).

De modo geral, das personagens centrais do enredo, apenas Sérgio desfecha bem a narrativa. Após despedaçar as

esperanças de Lená e manobrar para casar com sua irmã, Rosinha, ele a acabou prosperando, “bem firme ali [na Capital], conhecendo o meio em que vivia” (FÓSCOLO, 1979, p. 273). Já Cunha e Lená terminam drasticamente a narrativa: Cunha morre envenenado e Lená volta decepcionada para o interior: “Que fatalidade sinistra era, portanto, aquela que pesava sobre a Capital, a bela miragem de todos, transformando os vencedores de ontem em vencidos de hoje?” (FÓSCOLO, 1979, p. 290).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Kaio Carmona (2016, p. 40), desde o início “a vida de Belo Horizonte esteve ligada à literatura, e a cidade foi transformada em um campo de investigação poética”. Avelino Fóscolo, espectador-protagonista deste tempo, foi um dos primeiros escritores a tomar a urbe mineira como cenário de uma narrativa ficcional. Como mostra Regina Duarte (1988, p. 65), “a cidade é a grande protagonista” romance; e é a partir dessa “cidade de papel” que o autor busca analisar os pormenores de uma sociedade em mutação. Para Oscar Mendes, “Avelino Fóscolo fixou, pois, com realismo, por meio de personagens típicos e simbólicos, os períodos de euforia e desânimo que caracterizaram os primeiros anos da nova Capital (FÓSCOLO, 1979, p. 10).

Nesse sentido, muito mais do que pessimista em relação ao futuro da cidade, como sugere a conclusão do romance, Avelino Fóscolo estava atento aos modos pelos quais um

tempo de mudanças e transformações na vida social, urbana e econômica afetava os cidadãos, ou seja, ele se interessou pela forma como as pessoas se projetavam e, concomitantemente, projetavam uma cidade cujo futuro ainda estava em disputa. Nos documentos da época, nos jornais e discursos parlamentares, é possível mapear essa mesma tensão. Entusiastas do projeto de mudança de Capital, como o deputado Bernadino de Lima (1856-1924) e o futuro presidente Afonso Pena (1847-1909), e opositores da proposta, como o poeta e deputado Severiano de Rezende (1847-1920) e o jornalista Xavier da Veiga (1846-1900), debatiam na cena pública, num movimento muito próximo ao das personagens de Avelino Fóscolo, o futuro da Capital (JULIÃO, 2011).

Deste modo, então, a análise da obra de Avelino Fóscolo permite ao historiador captar elementos importantes da sensibilidade e das representações sobre a cidade em um período central da modernidade em Minas Gerais e no Brasil. Como aponta Letícia Julião:

Se, à primeira vista, o romance de Fóscolo apresenta-se como uma denúncia das mazelas sociais da nova Capital, particularmente da exclusão urbana dos antigos moradores do Curral Del Rei, não seria equivocado dizer que se trata, essencialmente, de uma obra sobre o impacto causado pela construção da nova Capital na sensibilidade da época. (JULIÃO, 2011, p. 131)

Este impacto, evidente nas transformações do espaço urbano e paisagístico, reverberou de forma definitiva também nas disposições afetivas em relação ao futuro de Belo Horizonte. Cynthia Veiga (1994, p. 48-49), por exemplo, sugere que um dos aspectos marcantes da obra de Avelino Fóscolo é forma com que ele reproduz o “espetáculo ocasionado pela modernidade através das impressões, dos incômodos e das esperanças produzidos pelo reordenamento material e cultural ocorridos no mundo ocidental”. Entre o final do século XIX e começo do século XX, Minas Gerais viveu um período marcado por um adensamento explícito das experiências de tempo: sobretudo naquele presente – mas como, em alguma medida, em qualquer presente – as luzes e as sombras do passado confundiam-se com as sombras e com as luzes do futuro, i.e., os medos, as incertezas e as expectativas em relação ao futuro tornavam a experiência do presente em algo um tanto quanto angustiante. Etimologicamente, a palavra angústia possui um sentido de estreitamento, aperto, constrangimento, podemos dizer, portanto, que a Belo Horizonte na qual Avelino Fóscolo projeta sua narrativa é uma cidade angustiada, constrangida, assim, entre a nostalgia e a expectativa.

REFERÊNCIAS

BADIOU, A. **Pequeno manual de inestética**. Tradução Marina Appenzeller. – São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

BARTHES, R. **Aula** (aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977). Tradução de Leyla Perrone Moisés. SP: Ed. Cultrix, 1978.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L, Ioriatti – 1o ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORGES, V. R. História e literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*, v. ANO 1, p. 94-109, 2010.

BOSI, A. O ser e o tempo da poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANDIDO, A.; GOMES, P. E. S.; PRADO, D. A.; ROSENFELD, A. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARMONA, K. C. Belo Horizonte literária: a cidade e a poesia. *Revista Opiniões: revista dos alunos de literatura brasileira*. USP, v. 5, p. 38-45, 2016.

CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELEUZE, G. *Crítica e Clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. - São Paulo: Editora 34, 2011 (2º edição).

DUARTE, R. H. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. 1988. 230 f. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279053>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ESPINOZA, B. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu. – 2. ed. 5. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FÓSCOLO, A. *A Capital*. Prefácio de Eduardo Frieiro. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1979.

GOMES, W. A. O fingir historiográfico: a escrita da história entre a ciência e a ficção. *Revista de Teoria da História*, v. 1, p. 65-91, 2011.

HAMBURGER, M. A verdade da poesia: tensões na poesia modernista desde Baudelaire. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

JULIÃO, L. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. História (São Paulo. Online), v. 30, p. 114-147, 2011.

LIMA, A. Crônica e romance: imagens da cidade. Cadernos Cespuc, Belo Horizonte - n. 24 - 2014, p. 60-71.

NASCIMENTO, L. M. Belo Horizonte: A cidade de papel. Em Tese, Belo Horizonte, v. 3, p. 67-75, 1999.

NUNES, B. O tempo na narrativa. – São Paulo : Edições Loyola, 2013.

PENNA, A. D.. Belo Horizonte: um espaço infiel. **Varia História** , Belo Horizonte, nº 18, Set/97, p. 101-121.

PESAVENTO, S. Com os olhos de Clio ou a Literatura sob o olhar da História a partir do conto O Alienista, de Machado de Assis. Revista Brasileira de História. SO. V. 16, No 31 e 31 p. 108.118/ 1996.

PESAVENTO, S. J. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

RANCIÈRE, J. A partilha do sensível: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental org; Editora 34, 2005.

REIS, J.C. O desafio historiográfico. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2010.

RICOEUR, P. Tempo e Narrativa. Tomo1. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

SAFATLE, V. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. – 2. ed. rev.; 2. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SCHWARZ, R. Ao vencedor as batatas. 5.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

VEIGA, C. G. **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX.** Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 1994.

Recebido em: 14/02/2020

Aceito em:30/09/2020